

STJ00118526

JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ

CURSO BÁSICO DE DIREITO ARBITRAL

Teoria e Prática

9ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0732-8

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 Curitiba Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim de Paiva Muniz./ 9ª edição./ Curitiba: Juruá, 2023.
290p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)
CDU 347.9

000031

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMARIO

1	ASPECTOS GERAIS	21
1.1	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS.....	21
1.2	HISTÓRICO.....	23
1.2.1	Origens	23
1.2.2	Anteprojeto de Lei de Arbitragem	25
1.2.3	A Lei de Arbitragem de 1996	26
1.2.4	Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996.....	27
1.2.5	Eficácia da Lei de Arbitragem para Contratos Celebrados Anteriormente	28
1.2.6	Código Civil de 2002.....	29
1.2.7	Código de Processo Civil de 2015.....	29
1.2.8	Reforma da Lei de Arbitragem	31
1.2.9	Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem	32
1.3	NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM.....	33
1.4	ARBITRAGEM E LGPD	35
2	ARBITRABILIDADE	37
2.1	ARBITRABILIDADE.....	37
2.2	ARBITRABILIDADE SUBJETIVA	37
2.3	ARBITRABILIDADE OBJETIVA	38
2.4	ARBITRABILIDADE E CONTRATOS DE AGÊNCIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	40
2.5	ARBITRABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO	40
2.6	ARBITRAGEM EM DIREITO SOCIETÁRIO.....	43
2.6.1	Vinculação à Arbitragem Societária.....	43
2.6.2	Vinculação dos Administradores	45
2.6.3	Arbitrabilidade.....	45
2.6.4	Confidencialidade	45
2.6.5	Condomínios Edifícios.....	46
2.7	ARBITRABILIDADE, DIREITO PÚBLICO E ENTES ESTATAIS.....	47

2.8	ARBITRAGEM PERANTE A CÂMARA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA	61
2.8.1	Arbitragem e Franquia.....	61
3	LEI APLICÁVEL	63
3.1	A POSSIBILIDADE DE LIVRE ESCOLHA DE REGRAS DE DIREITO	63
3.1.1	Controvérsia sobre Escolha de Lei Estrangeira em Contratos Domésticos	65
3.1.2	A Questão da Lei se Aplica, se o Contrato for Silente.....	65
3.1.3	Contratos Sem Lei	66
3.2	A ORDEM PÚBLICA E QUAL O SEU PAPEL COMO BALIZADOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DE NORMA MATERIAL.....	66
3.3	EQUIDADE.....	70
3.4	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES, REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E <i>LEX MERCATORIA</i>	72
3.4.1	Princípios Gerais de Direito.....	73
3.4.2	Usos e Costumes.....	74
3.4.3	Regras Internacionais de Comércio	75
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	76
4	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	77
4.1	ESPÉCIES DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	77
4.2	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	78
4.3	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM RELAÇÕES DE CONSUMO	80
4.3.1	Arbitragem e Franquia.....	82
4.4	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	83
4.5	ELEMENTOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS CHEIAS, VAZIAS E PATOLÓGICAS.....	84
4.6	AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	86
4.7	NECESSIDADE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA, SE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA FOR CHEIA	88
4.8	AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	89
4.9	COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO PARA DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA, VALIDADE OU EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA)	89

4.9.1	Momento Processual para Alegar Existência de Convenção Arbitral	90
4.10	EFEITOS DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	91
4.11	EFEITOS DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A NÃO SIGNATÁRIOS.....	93
4.11.1	Cláusula Arbitral em Contratos Coligados	94
4.12	COMPROMISSO	95
4.13	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO.....	95
4.14	REQUISITOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO	96
4.15	EXTINÇÃO DO COMPROMISSO	101
4.16	EFEITOS DA INSOLVÊNCIA NA CONVENÇÃO ARBITRAL	103
4.17	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL	105
5	ÁRBITROS.....	107
5.1	REQUISITOS E QUALIFICAÇÃO PARA SER ÁRBITRO.....	107
5.2	NÚMERO DE ÁRBITROS	108
5.3	PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE ÁRBITRO.....	108
5.4	PRESIDENTE, COÁRBITROS, SUPLENTE E SECRETÁRIO	109
5.5	HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS.....	110
5.6	DEVERES DOS ÁRBITROS.....	111
5.6.1	Imparcialidade e Independência	111
5.6.2	Dever de Revelação	115
5.6.3	Competência	118
5.6.4	Diligência.....	118
5.6.5	Discrição.....	118
5.7	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	119
5.8	SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO	120
5.9	NATUREZA DA FUNÇÃO DE ÁRBITRO	121
5.10	RESPONSABILIDADE DOS ÁRBITROS.....	122
5.10.1	Responsabilidade Penal	122
5.10.2	Responsabilidade Civil.....	123
6	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	125
6.1	REGRAS PROCEDIMENTAIS.....	125
6.2	PRINCÍPIOS COGENTES.....	126
6.2.1	Contraditório.....	127
6.2.2	Igualdade das Partes	128
6.2.3	Imparcialidade e Livre Convencimento do Árbitro	129
6.3	CONFIDENCIALIDADE	130

6.3.1	Confidencialidade e Entes Públicos.....	133
6.3.2	Confidencialidade e Financiamento de Terceiros.....	134
6.4	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES.....	134
6.4.1	<i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	134
6.4.2	Defensoria Pública.....	135
6.5	FASE POSTULATÓRIA.....	135
6.5.1	Fases do Processo.....	135
6.5.2	Requerimento de Arbitragem.....	136
6.5.3	Citação.....	137
6.5.4	Resposta ao Requerimento.....	138
6.5.5	Revelia.....	139
6.5.6	Reconvenção.....	140
6.5.7	Aditivos à Ação ou Reconvenção.....	141
6.5.8	Inclusão de Nova Parte.....	141
6.5.9	Petições Suplementares.....	142
6.5.10	Considerações Organizacionais sobre Alegações Escritas.....	143
6.6	ARBITRAGENS ENVOLVENDO PLURALIDADE DE PARTES.....	143
6.6.1	Litisconsórcio Necessário.....	144
6.6.2	Litisconsórcio Facultativo.....	144
6.6.3	Assistência e Intervenções de Terceiros.....	145
6.7	CONSOLIDAÇÃO DE ARBITRAGENS CONEXAS.....	147
6.7.1	Consolidação de Ações em Contratos Relacionados.....	147
6.8	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM.....	149
6.9	ARGUIÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO OU AOS ÁRBITROS.....	150
6.10	O PRINCÍPIO DA “COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA” E AS LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	152
6.11	LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	155
6.12	TERMO DE ARBITRAGEM/ATA DE MISSÃO.....	156
6.13	CONCILIAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PARTES.....	161
6.14	MEDIDAS COERCITIVAS E TUTELAS DE URGÊNCIA DURANTE A ARBITRAGEM.....	162
6.14.1	Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas Antes da Instituição da Arbitragem.....	162
6.14.2	Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Após a Instituição da Arbitragem.....	168
6.14.3	Revisão pelo Árbitro de Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Proferida pelo Poder Judiciário.....	172
6.14.4	Foro para Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas.....	173
6.14.5	Tutela de Evidência em Arbitragem.....	173

6.15	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	174
6.15.1	Mandado de Segurança Contra Decisão Interlocutória.....	175
6.16	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE E ARBITRAGEM EXPEDITA.....	176
6.17	PRODUÇÃO DE PROVAS	177
6.17.1	Depoimento Pessoal da Parte e Prova Testemunhal	182
6.17.1.1	Depoimento pessoal.....	184
6.17.1.2	Testemunho.....	185
6.17.1.2.1	Testemunho em audiência.....	185
6.17.1.2.2	Inquirição direta (<i>direct examination</i>).....	186
6.17.1.2.2.1	Testemunho escrito.....	187
6.17.1.2.2.2	Remuneração à testemunha.....	189
6.17.1.2.3	Inquirição cruzada (<i>cross-examination</i>).....	189
6.17.1.2.3.1	Objetivo.....	189
6.17.1.2.3.2	Limite às perguntas.....	190
6.17.1.2.3.3	Decisões fundamentais do advogado.....	191
6.17.1.2.3.4	Técnicas: perguntas fechadas, <i>baby steps</i> e “reconstrua, reconstrua e pergunte”.....	192
6.17.1.2.4	Reperguntas (<i>re-cross ou re-direct</i>)....	194
6.17.2	Exibição de Documentos e <i>Discovery</i>	195
6.17.3	Perícia.....	204
6.18	AUDIÊNCIA	208
6.18.1	Data da Audiência.....	208
6.18.2	Local da Audiência.....	208
6.18.3	Audiências Virtuais	209
6.18.4	Idioma da Audiência.....	210
6.18.5	Convocação de Representantes das Partes e Testemunhas para a Audiência	210
6.18.6	Presença das Partes e Testemunhas na Audiência	211
6.18.7	Procedimento da Audiência.....	211
6.18.8	Alegações Orais.....	212
6.18.9	Inquirição de Testemunhas.....	212
6.18.10	Ata e Transcrição da Audiência.....	213
6.18.11	Memoriais	213
6.19	ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	213

6.20	REPETIÇÃO DE PROVA EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE ÁRBITRO.....	214
7	SENTENÇA ARBITRAL.....	215
7.1	SENTENÇA ARBITRAL.....	215
7.2	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	215
7.3	REQUISITOS FORMAIS	216
7.4	DECISÃO MAJORITÁRIA	219
7.5	SUSPENSÃO DA ARBITRAGEM PARA DECIDIR QUESTÃO PREJUDICIAL NÃO ARBITRÁVEL	220
7.6	RESPONSABILIDADE POR HONORÁRIOS E CUSTAS.....	220
7.7	SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO.....	223
7.8	CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES.....	225
7.9	EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	225
7.10	EMBARGOS ARBITRAIS	227
7.11	AÇÃO ANULATÓRIA	229
7.11.1	Vício da Convenção Arbitral	232
7.11.2	Incompetência ou Falta de Jurisdição do Árbitro	233
7.11.3	Vícios Formais da Sentença Arbitral	234
7.11.4	Sentença <i>Extra Petita</i> e <i>Ultra Petita</i>	234
7.11.5	Sentença que Não Decidir Todo o Litígio e Sentença Parcial .	235
7.11.6	Sentença Proferida com Prevaricação, Concussão ou Corrupção Passiva	238
7.11.7	Sentença Proferida Fora do Prazo.....	238
7.11.8	Desrespeito aos Princípios do Contraditório, da Igualdade das Partes, da Imparcialidade dos Árbitros e do seu Livre Convencimento	238
7.11.9	Procedimento para Ação Anulatória.....	240
7.12	IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA	242
8	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	245
8.1	A NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL.....	245
8.2	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	246
8.3	A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE: PRINCIPAL REGRA SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA.....	248
8.3.1	Suposta Não Obrigatoriedade da Homologação em Vista da Convenção de Nova Iorque.....	251
8.4	HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO	252
8.4.1	Incapacidade da Parte	253

8.4.2	Invalidade da Convenção de Arbitragem	253
8.4.3	Ausência de Citação e Outras Violações à Ampla Defesa.....	254
8.4.4	Sentença <i>Extra</i> ou <i>Ultra Petita</i>	255
8.4.5	Nomeação de Árbitros e Condução do Processo em Desconformidade com a Convenção de Arbitragem	257
8.4.6	Sentença Ainda Não Obrigatória, Anulada ou Suspensa.....	258
8.4.7	Sentença Sobre Matéria Não Arbitrável	259
8.4.8	Ofensa à Ordem Pública	260
8.4.8.1	Decisão não fundamentada	262
8.4.8.2	Citação da parte como questão de ordem pública.....	262
8.4.8.3	Litispêndência e coisa julgada	263
8.5	PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	263
REFERÊNCIAS	267
ANEXO	273
	MODELO DE CARTA ARBITRAL (ELABORADO PELO CBAR).....	275
ÍNDICE REMISSIVO	277